

Aprovada 1018ª Sessão

ALADI/CR/Ata 1016  
21 de agosto de 2008  
Horário: 10h05m às 11h45m

### ATA DA 1016ª SESSÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE REPRESENTANTES

#### Ordem do dia

1. Aprovação da Ordem do Dia.
  2. Assuntos em Pauta.
  3. Consideração das atas correspondentes às 1012ª e 1013ª sessões.
  4. Relatório da Presidenta da Comissão de Orçamento por Programas.
  5. Situação de vigência da Estrutura orgânica e funcional da Secretaria-Geral.
  6. Consideração do Relatório preliminar da Reunião de Vice-Ministros. (postergado).
  7. Assuntos diversos.
    - A Representação do Chile informa sobre o Grupo de Trabalho de Comércio Eletrônico e Tecnologias da Informação e as Comunicações.
    - O Secretário-Geral informa sobre sua missão de serviço e sobre nova sala habilitada.
    - A Representação da Venezuela solicita que as reuniões do Comitê sejam mantidas nas quartas-feiras.
-

Preside:

JUAN CARLOS OLIMA

Assistem: Juan Carlos Olima, Guillermo Daniel Raimondi, Federico Villegas, Roxana Cecilia Sánchez e Mariana Edith Plaza (Argentina); Marcelo Janko Álvarez (Bolívia); Regis Percy Arslanian, José Humberto de Brito Cruz, Liliam Beatrís Chagas de Moura, José Gilberto Scandiucci e Eduardo Pereira e Ferreira (Brasil); Eduardo Araya Alemparte, Camilo Marcelo Navarro Ceardi e Hernán Enrique Nuñez Montenegro (Chile); Claudia Turbay Quintero e Cielo González Villa (Colômbia); Mirna Martínez Ajuria (Cuba); Ivonne Flores Espinoza (Equador); Cassio Vitale Manuel Luiselli Fernández, Dora Rodríguez Romero e Ricardo Lozada Caballero (México); Emilio Lorenzo Giménez Franco, Ricardo Scavone, Hernán Rafael Cáceres Vera e Octavio Ferreira Gini (Paraguai); Max de la Fuente Prem, Jorge Antonio Rosado La Torre e Ricardo B. Romero Magni (Peru); Gonzalo Rodríguez Gigena e Raquel María Rodríguez Sanguinetti (Uruguai); Franklin Ramón González, Luisa López Moreno e Cecilio Crespo (Venezuela).

Secretário-Geral: B. Hugo Saguier-Caballero.

Subsecretário: Oscar Quina Truffa.

---

PRESIDENTE. Bom dia a todos. Peço desculpas, em primeiro lugar, pela demora. Inicia-se a 1016ª sessão do Comitê de Representantes da ALADI.

1. Aprovação da Ordem do Dia

O primeiro ponto é a aprovação da ordem do dia, mas eu queria informar a este Comitê, antes de submeter à consideração a ordem do dia, algumas informações que são posteriores a tudo isto.

A Representação da Bolívia, como os senhores sabem, oportunamente apresentou uma espécie de compasso de espera sobre a questão dos temas que tratamos na Reunião de Vice-Ministros, e era prevista a vinda do Vice-Ministro Pablo Guzmán para hoje. No último momento, solicitou-nos postergação do tema por uma semana, porque o Vice-Ministro Pablo Guzmán, que iria vir hoje, pospôs sua vinda, e pede-nos que seja diferido o tratamento do tema relacionado com a Reunião de Vice-Ministros por uma semana. Pareceu-me que era sumamente razoável a solicitação, e sei que a vocação de todos é escutar a todos aqueles que tiverem posicionamentos a serem formulados.

De tal maneira, vamos retirar o que está no ponto 6 da ordem do dia, que é Consideração do Relatório preliminar da Reunião de Vice-Ministros, que, devo confessar-lhes, aprovei -no geral- o temário. Mas, mais do que o Relatório preliminar da Reunião de Vice-Ministros, o que seguiremos considerando são os cursos de ação a serem adotados em função das decisões acordadas na Reunião de Vice-Ministros, e não o Relatório preliminar, porque o mesmo é um documento da Secretaria, e parece-me que não vamos entrar nesta etapa. Em todo caso, veremos isso na semana que vem. Então, gostaria de

informar, antes de submeter à consideração a Ordem do Dia, que o ponto seis -enunciado no papel- foi cancelado.

Dito isso, ponho à consideração a Ordem do Dia, sem o ponto 6. Não havendo observações...A Representação do Chile, por favor.

Representação do CHILE (Camilo Navarro Ceardi). Obrigado, senhor Presidente, somente gostaria de acrescentar em Assuntos Diversos uma informação breve, de trinta segundos, de uma Resolução do Grupo de Trabalho de COD.

PRESIDENTE. Perfeito, obrigado. Não havendo observações, damos por aprovada a Ordem do Dia. Senhor Secretário-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Bom dia a todos. Para não mencionar o tema mais adiante, Presidente, simplesmente gostaria de dizer que a Secretaria-Geral, como anunciou na Reunião anterior, está aberta a receber qualquer tipo de sugestões em relação a esse Relatório preliminar distribuído – e como o senhor disse muito bem, é um Relatório da Secretaria-Geral- mas se houver observações das Missões, por favor, informem-nos.

PRESIDENTE. Muito obrigado. Este é um tema que será analisado posteriormente. Algumas Representações comunicaram-me o ponto de vista de não entrarmos em discussão sobre um Relatório da Secretaria. Todos sabemos quais são as tarefas pendentes com vistas à Reunião de Chanceleres ou ao Conselho de Ministros, todos sabemos quais são as dificuldades, em que consistem, então, mais do que começarmos a analisar um documento, -o que sempre leva muito tempo-, a idéia seria ver se esclarecemos os temas que faltam organizar.

Dito isto, ponho novamente à consideração a Ordem do Dia. Ante o silêncio, aproveito para aprovar rapidamente a Ordem do Dia.

## 2. Assuntos em Pauta

...O ponto dois é Assuntos em Pauta. Passo a palavra à Secretaria-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, senhor Presidente. A lista dos temas entrados está na pasta de todos os Representantes. Gostaria de destacar que novamente recebemos ontem a comunicação da contribuição da República do Paraguai, no valor de duzentos e quarenta e dois mil dólares, isto é, eles estão adiantados, em quatro ou cinco meses, os compromissos que haviam realizado no início do ano para pagar a dívida remanescente. Na realidade, hoje em dia estão adiantados, agradecemos e esperamos que, com o novo Governo, seja quitada rapidamente.

"1. Representação Permanente da República Bolivariana da Venezuela. Nota No. 2345, de 14/08/2008.

Comunica que o senhor Ramón París García cessará suas funções a partir de 15 do corrente.

2. Representação da Argentina para a ALADI e o MERCOSUL. Nota EMSUR-S.G. No. 107/08, de 31/07/2008.

Incorporação ao ordenamento jurídico da Argentina do Quinto, Sexto e Sétimo Protocolos Adicionais ao Acordo de Complementação Econômica No. 59.

Publicado como documento ALADI/CR/di 2740.

3. Delegação Permanente de Brasil junto à ALADI e ao MERCOSUL. Nota No. 177, de 11/08/2008.

Informa a conformidade do Governo brasileiro com a transposição das preferências acordadas no Acordo de Complementação Econômica No. 35 (MERCOSUL-Chile) às versões 2002 e 2007 da NALADI/SH.

Publicado como documento ALADI/CR/di 2748.

4. Delegação Permanente do Brasil junto à ALADI e ao MERCOSUL. Nota No. 183, de 13/08/2008.

Comunica que foi promulgada a Ata de Retificação do Quadragésimo Sexto Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica No. 35.

Publicado como documento ALADI/CR/di 2750.

5. Representação Permanente do Chile junto à ALADI e ao MERCOSUL. Nota No. 050/08, de 31/07/2008

Proposta de uma Oficina Regional de Origem no âmbito da ALADI.

Publicado como documento ALADI/CR/di 2713/Rev. 2.

6. Representação Permanente do Peru junto à ALADI e ao MERCOSUL. Nota de 07/08/2008.

Comunica que o organismo competente no tema Mecanismos de Notificação de Medidas de Salvaguarda Preferenciais formulou a observação que indica.

Publicado como documento ALADI/CR/di 2742.

7. Contribuições recebidas ao orçamento da Associação

Paraguai: transferência bancária na quantia de US\$ 242.095,43

8. Convites recebidos:

Câmara de Exportadores da República Argentina. Nota de 12/08/2008. Convida o Secretário-Geral a participar dos atos que serão realizados com motivo do Dia da Exportação e da Reunião do Conselho de Comércio Exterior do MERCOSUL (Buenos Aires, 20-21/08/2008).

Iniciativa para a Integração da Infra-estrutura Regional Sul-Americana (IIRSA). Nota de 07/08/2008. Convida o Secretário-Geral a participar como observador no curso "Integração e desenvolvimento da infra-estrutura regional sul-americana" (Santiago, 6.10/10/2008).

Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL). Nota SG 036-08, de 07/08/2008. Convida a participar da Reunião de Técnicos Governamentais: "Crise alimentícia e crise energética: oportunidades e desafios" (Santiago, 4-5/09/2008).

9. Relatório sobre os programas de cooperação (Primeiro semestre 2008) (ALADI/SEC/di 2172).

10. Relatório da Coordenadora do Grupo de Trabalho sobre Sistemas de Informação e Estatísticas (ALADI/CR/di 2741).

11. Relatório da Presidenta da Comissão de Orçamento por Programas (ALADI/CR/di 2746).”

3. Consideração das atas correspondentes às 1012ª e 1013ª sessões

PRESIDENTE. Muito obrigado. O ponto três é a consideração das atas correspondentes às 1012ª e 1013ª sessões. Estão à consideração.

Não havendo observações, consideram-se aprovadas.

4. Relatório da Presidenta da Comissão de Orçamento por Programas

... E o ponto quatro é o Relatório da Presidenta da Comissão de Orçamento. Por favor, Embaixadora, a senhora tem a palavra.

Representação da COLÔMBIA (Claudia Turbay Quintero). Obrigada, Presidente. Quero começar, como gosto de fazê-lo, agradecendo a participação de todas as Representações na Comissão de Orçamento, que reunião após reunião, acaba tornando-se mais substancial, e permite uma análise mais profunda e mais consciente dos temas que nos preocupam.

Na reunião passada, dia 12 de agosto, revisamos três relatórios relativos à Execução orçamentária do exercício 2008, o Relatório da situação financeira da Associação até junho de 2008, e o terceiro, o Cumprimento do Programa de Atividades da Associação para o primeiro semestre do ano, e finalmente fizemos um levantamento de outros temas.

Em relação ao relatório do comportamento da Execução Orçamentária janeiro-junho, vimo-lo detalhadamente, observamos e solicitamos à Secretaria-Geral -quero tomar este momento para reiterá-lo- que em todo o exercício contábil, e em cada um dos aspectos que avançamos, houve uma excelente disposição da Secretaria-General, e disso quero deixar constância no Comitê.

Então, cada vez os relatórios vão sendo aperfeiçoados. Solicitamos gráficos porque gostamos de fazer as revisões visuais dos diferentes comportamentos, neste caso, por exemplo, a maneira que os subitens se comportam foi incluída nesse gráfico. Segundo, foi feita uma análise, posição por posição, e deixou-se previsto que é possível que se requeira, nos próximos meses, um aumento nos subitens referentes à manutenção e despesas do edifício por causa do câmbio do dólar, -somente deixando essa tendência prevista, não foi solicitada, mas pode acontecer-, também entramos em algo que nos preocupa muito, e é a condução da execução dos créditos dos exercícios anteriores e, especialmente, o relacionado à contratação de consultores.

Realizou-se uma avaliação com a Secretaria-Geral, e foram feitas revisões precisas de cada um dos contratos, um por um, vimos, inclusive, que a Secretaria-Geral mudou os termos de referência dos contratos atuais feitos recentemente com os consultores, precisando e tornando mais explícitas as condições e os termos de referência, em geral, possibilitando determinar os tempos de entrega, as porcentagens de pagamento, os resultados esperados em cada um das etapas.

Isto foi feito pela Secretaria como resposta a esta análise, o que não quer dizer que exclua os Grupos de Trabalho, pois foi acordado que cada Grupo de Trabalho revisasse as consultorias e contratos que existissem para que pudessem também definir os padrões

para a contratação, e pudessem também ir dando orientação sobre as contratações a serem definidas proximaamente.

Falou-se da importância de ter uma boa base de consultores e, para este efeito, acordou-se em convocar o Grupo de Trabalho de Assuntos Jurídicos e Institucionais, o que permite tomar determinações de como abrir esses concursos ou como conseguir as corretas assinaturas da base de dados por parte dos países-membros. A Secretaria lembrou que havia na página *web* uma base de consultores que está aberta para qualquer um, no entanto o Grupo de Trabalho de Assuntos Jurídicos foi convocado para que convocasse uma reunião para esses efeitos. Pediu-se, também, à Secretaria-Geral que apresentasse um Relatório de Avaliação dos consultores contratados entre janeiro e julho deste ano.

Em relação a este tema particular, de acordo às reuniões prévias à Comissão e na análise que fizemos, estabeleceu-se que seria oportuno trasladar os excedentes daquelas reservas não utilizadas ao Fundo de Capital de Trabalho, até que não se dispusesse de informação clara para a execução de atividades, indicando que, com esta proposta, não seria afetada a realização das atividades, nem se julgaria a pertinência das mesmas, simplesmente o que se quer é disciplinar a condução dos créditos. E o que realmente foi acordado, por solicitação de várias Representações, foi que fosse mantido para as do ano 2008 em vigência, sem direcioná-las ao capital de trabalho, e, no ano 2009, começaríamos sem reservas de exercícios anteriores, tanto para as atividades gerais como para o Sistema de Apoio aos PMDERs, com algumas poucas exceções, porque assim seria disposto pelo contrato, pois a vigência do cumprimento do mesmo seria para o próximo período.

Isto em relação ao primeiro ponto. Sobre o ponto da situação financeira, somente queremos assinalar a magnífica situação financeira pela qual a Associação está atravessando neste momento, sem contar a contribuição do Paraguai, que acaba de ser anunciada pelo Secretário-Geral: temos 5.276 milhões de dólares, são contribuições que equivalem a 118% do orçamento aprovado, o que nos permite cumprir nossas atividades até o mês de dezembro e inclusive até os primeiros meses do ano de 2009.

Em relação à terceira análise e grupo de atividades da revisão do Programa de Atividades da Associação, quero destacar que se examinou capítulo por capítulo, e temos algumas precisões, que não valem a pena serem destacadas uma por uma. Nessa revisão, foram feitas solicitações, registradas pela Secretaria-Geral, que está aí, no terceiro ponto. Todos os relatórios foram aprovados.

No último ponto deste relatório, que está na pasta dos senhores, são indicados outros vários temas que gostaria de ressaltar agora.

O primeiro é que foi acordado que 15 de outubro próximo será a data em que a Secretaria-Geral deve apresentar a proposta do orçamento de programas para o ano 2009, e também foi acordado continuar trabalhando no mecanismo de ajuste salarial para 2009.

Um parágrafo que gostaria de ler, porque penso ser importante, é que foi assinalado que estamos elaborando um relatório para determinar qual porcentagem dos créditos orçamentários aprovados para as diferentes atividades são cumpridos, posto que há uma certa tendência a não utilizar ano após ano a totalidade dos créditos aprovados para o item de despesas operativas de programas, gerando excedentes ano pós ano.

A esse respeito, eu disse que seria interessante, pela preocupação que nos assiste, de não aumentar as contribuições de nossos países à Associação, analisar estes resultados

pensando em uma tendência que é a de ver uma possibilidade de avaliar a viabilidade de reduzir o item II, ajustá-lo a seu verdadeiro cumprimento e elevar e trasladar ao item I o relativo ao custo de pessoal, sem afetar as tendências, nem afetar a capacidade de tempo real para realizar nossos programas e verificar que, com isso, não se estaria interferindo com os interesses reais da Associação, mas sim utilizando mais eficientemente os recursos de nossos países.

E, finalmente, foi indicado e o que fizemos foi uma aprovação de acordo à Resolução 322 que, no artigo 18, permite aprovar, como fizemos –fora da Comissão e mediante resposta escrita e verbal- a proposta que a Secretaria-Geral apresenta no documento 287 sobre a transferência de crédito orçamentário para conseguir realizar a atividade do Capítulo IV, indicada com o ponto nove, que é a consolidação da biblioteca digital e a modernização dos serviços do centro bibliográfico-documental, com o pessoal da Secretaria-Geral, em lugar de fazê-lo mediante a contratação de uma empresa ou de pessoal temporário.

Com isto, a Secretaria-Geral está nos oferecendo o tempo melhor utilizado dos próprios funcionários da mesma. Aprovou-se, e este é o relatório detalhado que tenho para apresentar.

PRESIDENTE. Muito obrigado pelo detalhado e extenso relatório da Comissão de Orçamento. Coloco à consideração o tema para ver se alguma Representação quer fazer alguma reflexão, comentário ou proposta.

Não sendo assim, agradecemos à Embaixadora da Colômbia. Perdão, a Bolívia tem a palavra.

Representação da BOLÍVIA (Marcelo Janko Álvarez). Obrigado, senhor Presidente.

Em relação ao Relatório da Comissão de Orçamento, gostaria de expressar uma preocupação a respeito da automaticidade prevista, referente a quando os recursos previstos para os PMDERs não são executados no tempo devido, passam ao Fundo de Capital de Trabalho.

Gostaria, neste ponto, que fosse possível contar com um pouco de flexibilidade, não gostaria que fosse esse caráter, porque manifestamos, em reiteradas oportunidades, ter às vezes dificuldades para a execução dos projetos que temos nos PMDERs. Então, neste tema, gostaria que se deixasse estabelecida flexibilidade para o caso dos PMDERs.

PRESIDENTE. Perdão, pelo que entendi, isso não implica uma desvio dos fundos, nem um redirecionamento, é simplesmente por razões de caráter administrativo e de ordenamento da transferência de fundo; passá-lo à conta capital, porque, entre outras coisas, o que se tira da conta capital está endividando o pessoal, e não tem muito sentido.

Assim, isto não afeta os direitos adquiridos pelos PMDERs a esses fundos, e parece-me que, com esse esclarecimento, a preocupação da Bolívia fica superada. Passo a palavra à Presidenta da Comissão de Orçamento.

Representação da COLÔMBIA (Claudia Turbay Quintero). Gostaria de convidar o Embaixador e todos a que, na página 2 do Relatório, no último parágrafo, lessem, porque está claramente especificado, - além do que já foi dito pelo Presidente-, há algumas poucas exceções em relação aos contratos nos quais os PMDERs incorrem:

“salvo que se trate de una atividade que já tenha data de execução estabelecida, por exemplo, dentro dos primeiros meses do próximo ano, ou de um contrato de execução com etapas pendentes de cumprimento dentro dos prazos previstos no contrato”. De maneira que aí está resolvida a dúvida do Embaixador da Bolívia. Obrigada.

PRESIDENTE. Muito obrigado. Não havendo mais comentários ou observações sobre este ponto, podemos considerá-lo concluído.

5. Situação de vigência da Estrutura orgânica e funcional da Secretaria-Geral

...Passaríamos ao ponto cinco da ordem do dia, que é Situação de vigência da Estrutura Orgânica e Funcional da Secretaria-Geral.

Pedirei ao Secretário-Geral que faça um relatório sobre esta situação.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, Presidente. Ao aprovar a estrutura orgânica e funcional da Secretaria-Geral, este Comitê de Representantes estabeleceu, em sua Resolução 296, que a mesma teria caráter transitório, fixando sua vigência até o próximo 31 de agosto de 2008.

Essa estrutura orgânica e funcional respondeu aos mandados, como os senhores bem sabem, da Décima Terceira Reunião do Conselho de Ministros, e, em particular, ao estabelecido, especificamente, pela Resolução 60 (XIII). Na presente data, ainda estão pendentes de definição algumas linhas referentes à estrutura definitiva da Secretaria, que certamente surgirão da Reunião Extraordinária do Conselho de Ministros, cuja convocatória está sendo analisada pelo Comitê de Representantes à luz das conclusões e definições que poderiam haver surgido da Reunião de Vice-Ministros e da definição que este Comitê deve tomar.

Entre outras questões, dessas conclusões surge a necessidade de adaptar a organização da Secretaria, considerando especialmente a consideração referente à incorporação da dimensão social da integração, tratada especificamente no decorrer da mencionada Reunião.

Atualmente, a Secretaria está analisando com atenção essas conclusões, particularmente a referente à última questão mencionada, levando em consideração, entre outros insumos, a avaliação do funcionamento da atual estrutura, cujo relatório foi apresentado posteriormente, e nós, de acordo às Resoluções, temos que apresentar nossas observações.

No entanto, a Secretaria considera que ainda não foram cumpridas todas as condições necessárias para apresentar à consideração do Comitê uma proposta de estrutura, quando há questões pendentes por definir com relação à agenda da ALADI. Faltam elementos e diretrizes políticas que este Comitê dará à Secretaria, o que nos impede de tomar algumas linhas de ação e uma definição sobre a estrutura.

Em consequência disso, a Secretaria-Geral entende pertinente solicitar ao Comitê que considere a necessidade de prorrogar a vigência da atual estrutura, e é algo que, em mais de uma oportunidade eu já mencionei aos senhores, estávamos com esse mandato tão fechado ao 31 de agosto de 2008, que se não se fosse em outra circunstância nos custaria recomendar mudanças neste momento.

Nós, portanto, estamos solicitando, em um projeto de resolução que está em poder dos senhores, uma prorrogação da vigência da atual estrutura por até 90 dias depois da

Reunião do Conselho de Ministros, para poder contar, desse modo, com um tempo prudente que permita terminar os trabalhos necessários e apresentar uma proposta completa e fundamentada.

Outrossim, durante este período, o Secretário entende, a Secretaria-Geral entende, que é imprescindível exercer plenamente as funções e atribuições que o próprio Tratado de Montevideu dá à Secretaria-Geral em matéria de condução do pessoal da Secretaria, ratificadas em Resoluções deste Comitê.

Dessa maneira, propomos organizar interinamente a Secretaria-Geral, com o propósito de garantir o funcionamento mais eficiente de seus departamentos e serviços. Com base nessas atribuições, e também nas que a Resolução 311 confere às Normas Gerais sobre Pessoal, propomos implementar algumas mudanças eventuais que poderão ser feitas no que diz respeito a cargos que hoje em dia a estrutura tem, que contribuirão para garantir uma atuação administrativa eficiente e transparente, e prestar-se-á conta de cada um desses atos, como corresponde, ao Comitê de Representantes. Desta maneira, entendemos que, dentro do âmbito de nosso Tratado, poderemos ordenar os trabalhos da Secretaria.

A proposta que estamos pondo à consideração do Comitê inclui uma confirmação expressa dessas faculdades do Secretário-Geral para que este possa exercê-las durante o período que vai desde o momento que o Comitê o autorize até a aprovação da nova estrutura.

Poderão ser exercidas, desta maneira, responsabilmente, as atribuições previstas de forma específica na Resolução 311, com a obrigação de informar ao Comitê as modificações e adequações implementadas, que respeitarão os lineamentos da estrutura disposta na Resolução 296, que manterá sua vigência de maneira transitória, até que possamos trazer a proposta como encarregada por este Comitê, mas, neste momento, lastimosamente, não estamos em condições de fazer uma proposta, e por isso pedimos uma prorrogação. Nada mais, Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Secretário-Geral, pelo relatório.

Todos sabíamos que a atual estrutura vence em 30 de agosto, todos sabemos que para produzir um reajuste da estrutura devemos esperar a evolução política, ou seja, a Reunião do Conselho de Ministros. Todos sabemos que, a respeito do que era a antiga estrutura, há um componente essencial que foi incorporado, que é o pilar social, e isto obviamente implicará algum tipo de modificação ou ajuste na estrutura.

De todas as maneiras, pedi ao Secretário-Geral que apresentasse hoje o projeto de Resolução, não para ser tratado e aprovado na presente data, para que todos e cada um tenham a possibilidade de fazer as consultas que considerarem convenientes e necessárias, mas se sim que fosse feita a apresentação do tema. Sabemos que na próxima reunião do Comitê, próxima quarta-feira, 27, já não temos mais tempo, e deveríamos aprovar a prorrogação da estrutura na forma que as Representações considerarem adequadas, porque, se não, teríamos o prazo vencido.

Não sei sobre este ponto, se alguma Representação quiser fazer uso da palavra. A Representação da Venezuela, por favor.

Representação da VENEZUELA (Franklin Ramón González). Obrigado, Presidente. Quero manifestar que estou absolutamente de acordo com a proposta que acaba de ser

feita para que este projeto de Resolução possa ser considerado na próxima reunião da semana que vem.

Em segundo lugar, não está em discussão, mas como elemento de reflexão, o artigo segundo do projeto, inclusive poderíamos depois conversar com o Secretário-Geral este tema, referente às competências e às atribuições que estão previstas no artigo 68 da Resolução 311 e, no final desse artigo, fala-se das responsabilidades funcionais que lhe corresponde, e teria que especificar –mesmo que isso não seja para ser especificado aí, mas sim como possamos estar de acordo- que é o funcional, e se, quando se fala de reclassificações e modificações necessárias no perfil trabalhista, na categoria dos cargos incluídos na atual estrutura, estamos falando do funcional ou do estrutural.

O artigo fala do funcional, e aqui creio que há elementos que se referem ao estrutural, então manifesto, como uma reflexão, para que conversemos e possamos chegar, na próxima quarta, com um projeto de resolução sobre o qual possamos estar todos de acordo. Obrigado.

PRESIDENTE. Agradeço à Representação da Venezuela esses comentários.

Pergunto-me, para não chegar na quarta-feira da semana que vem sem haver encontrado um âmbito de análise deste tema. Consulto o Comitê se lhes parece oportuno que todo este tema seja analisado antes da reunião do Comitê, por exemplo, na Comissão de Orçamento.

Isto é, penso que seria bom que antes de chegar à reunião da próxima quarta-feira para aprovar este tema, tenhamos tido oportunidade de conversar sobre esta questão, como propõe o Embaixador da Venezuela. Peço opiniões sobre o âmbito, isto pode ser feito em uma Reunião de Alternos. A Representação do Paraguai, por favor.

Representação do PARAGUAI (Emilio Lorenzo Giménez Franco). Obrigado, Presidente. Seguindo sua proposta, penso que os Alternos seria o âmbito adequado para analisar isto. Se é que vamos analisar este projeto de Resolução. Obrigado.

PRESIDENTE. Bem, temos uma proposta. A Representação da Colômbia, por favor.

Representação da COLÔMBIA (Claudia Turbay Quintero). Estava me perguntando: é certo que é necessário buscar um momento de análise prévio à próxima reunião, e vejo que há um espaço interessante, que penso ser o idôneo, e é o Grupo de Trabalho de Assuntos Jurídicos e Institucionais, não é outro, no qual estamos convidados todos a participar, não somente os Alternos, mas também aqueles que desejarem estar presentes como Embaixadores. Então, creio que o espaço idôneo é esse, porque lhe corresponde.

PRESIDENTE. Agradeço. Temos aqui duas propostas. Na verdade, do ponto de vista técnico, a Secretaria me diz que corresponderia ao Grupo de Assuntos Jurídicos. Se não houver observações a esta proposta pela Representação do Paraguai ou alguma outra Representação, enviaríamos... A Representação da Bolívia, por favor.

Representação da BOLÍVIA (Marcelo Janko Álvarez). Obrigado, senhor Presidente. Certamente, o senhor Vice-Ministro, quando vier para a próxima quarta-feira, poderá apresentar algumas situações, e por isso eu gostaria que, nesta oportunidade, não fosse tomada uma definição no sentido que o Grupo de Trabalho de Assuntos Jurídicos e

Institucionais pudesse adotar o tema, mas recomendaria que poderia ser a Reunião de Alternos para essa oportunidade. Obrigado.

PRESIDENTE. Agradeço. Penso que devemos compreender a situação especial que a Bolívia está vivendo. Se isto não for objetado por ninguém, então passaríamos a considerar o tema na Reunião de Alternos, que estaria presidida por, neste caso, a Argentina. Pergunto, estou consultando.

Sim. Então, a Argentina se encarregaria de convocar esta reunião, sabendo que, na quarta-feira próxima, para a reunião do Comitê, teríamos que já ter analisado adequadamente no âmbito das diferentes Representações.

A Representação de Cuba tem a palavra.

Representação de CUBA (Mirna Martínez Ajuría). Obrigada, Presidente. Nós estamos dispostos a analisá-lo na instância que for, mas gostaríamos de ter clareza de quais os mandados do Comitê para esta análise, ou seja, gostaríamos que houvesse uma pouco mais de clareza no que se pretende, valha a redundância, esclarecer sobre este ponto, o que não quer dizer que não estejamos de acordo em analisá-lo, mas ter um mandando claro do Comitê sobre o que vamos a elucidar neste caso. Obrigada.

PRESIDENTE. Obrigado, Cuba. A Representação do Chile.

Representação do CHILE (Eduardo Araya Alemparte). Obrigada, senhor Presidente. Somente para dizer que eu insistiria na pertinência de que seja o Grupo de Trabalho de Assuntos Jurídicos e Institucionais o responsável pelo tema, mas para abarcar o que o Embaixador da Bolívia apresenta, ver que no tempo possam ser combinadas as duas coisas, e, portanto, provavelmente a próxima reunião seja em função da visita do Vice-Ministro, e que na subsequente o tema seja tratado.

PRESIDENTE. Obrigado. Um par de respostas aos temas apresentados. Entendo a motivação do caso do Chile, e compartilho-a, mas não será possível, porque, como o mandado da atual estrutura vence 30 de agosto, não haverá tempo para uma reunião posterior à de 27 de agosto. Em consequência disto, temos que considerar este tema antes da próxima sessão do Comitê, então voltamos ao esquema, e deixamos no Grupo de Alternos.

Em relação à pergunta de Cuba, há uma coisa que está claríssima, e é que temos que prorrogar a vigência da atual estrutura. O que também está claríssimo é que a atual estrutura não responderá aos atuais lineamentos fixados pelo Comitê, pela Reunião de Vice-Ministros, etc., por uma simples razão: foi incorporado um pilar social que até este momento não tem âmbito de trabalho dentro da Secretaria. O que é lógico, porque o pilar social não estava desenvolvido, como se está tentando desenvolver neste momento.

Então, devemos fazer alguns ajustes, pelo menos transitórios, e depois teremos que ver, uma vez realizada a Reunião do Conselho de Ministros e recebidas as instruções de como continuar o programa de trabalho de la ALADI, porque até agora isso é o que verdadeiramente esteve em discussão, o programa de trabalho da ALADI para os próximos anos, então teríamos que ver, e seria bom que fosse analisado neste âmbito o apresentado pelo Embaixador da Venezuela, que fala de responsabilidades funcionais. Ele está fazendo uma referência às novas orientações, para chamá-las de alguma maneira, que vão produzir mudanças de caráter estrutural, e não somente funcional.

Em função de tudo isso, temos que ver como, e este é o mandado específico para o Grupo de Alternos:

- a) Prorrogar o mandado da atual Resolução.
- b) Sabendo que haverá uma modificação final de estruturas, de que modo facilitamos o trabalho durante este período ao Secretário-Geral.

Essa é a instrução completa que espero que esteja clara, não sei se há, sobre este ponto, alguma outra observação a ser formulada.

O Secretário-Geral havia pedido a palavra, e depois a Delegação do Brasil. O Secretário cede a palavra à Delegação.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Obrigado, Presidente, Penso que, como o senhor mesmo disse, está claríssimo que vamos ter que prorrogar a atual estrutura, então eu realmente não teria problema nenhum em aprovar desde agora o primeiro parágrafo.

O segundo parágrafo, penso que teríamos que vê-lo com mais demora, e ter mais clareza a respeito. Eu me pergunto, inclusive, se é necessário o segundo parágrafo, porque vamos, o Comitê, autorizar ao Secretário-Geral algo que já é de sua competência? Nós precisamos autorizar o Secretário-Geral a exercer, alguém falou aqui, plenamente suas atribuições? Espera-se que sempre exerça plenamente suas atribuições, não necessitamos autorizá-lo a fazer isso.

Então, penso que o segundo parágrafo seria dispensável, e eu estaria plenamente de acordo com o primeiro parágrafo, com a prorrogação que é claríssima, como o senhor falou muito bem e, em relação ao terceiro parágrafo, não tenho problema nenhum.

O segundo parágrafo cria problemas, penso eu, se o segundo parágrafo prevê modificações, aí é outra coisa, aí é muito mais complicado. Sugiro que não entremos nesta questão porque não necessitamos autorizar o Secretário-Geral a exercer suas atribuições. Ele tem suas atribuições, estão claras, então talvez, penso, seja melhor não entrar na discussão do segundo parágrafo.

O senhor, Presidente, falou de ajustes transitórios. Não sei por que haveria necessidade de fazer os ajustes transitórios. Penso que está aí, temos uma estrutura, prorrogamos a estrutura, claro que o Secretário-Geral tem todas as atribuições e as competências para acomodar os novos cargos e tudo, mas autorizar o Secretário a fazer o que já lhe compete me parece que não é necessário, Presidente. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, antes de dar a palavra ao Secretário-Geral, pergunto à Delegação do Brasil se estamos tentando resolver o tema hoje, em vez de ir à Reunião de Alternos eliminando o segundo parágrafo?

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Senhor Presidente, eu estaria preparado para aprovar a Resolução com o primeiro e o terceiro parágrafos, sem o atual segundo parágrafo.

PRESIDENTE. Perfeito, obrigado. Dou a palavra ao Secretário-Geral, e depois vamos submeter esta proposta à consideração do Comitê.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, Presidente. Penso que foi oportuno que o Embaixador do Brasil se pronunciasse primeiro, para que eu me referisse a algo que ele pronunciou, e o senhor também, Presidente.

Os senhores sabem melhor que eu, porque experienciaram, que tal qual exposto aqui, o primeiro artigo não tem nenhuma objeção, sabemos que não podemos apresentar no prazo, precisamos de uma prorrogação. Quem sabe podemos discutir se a prorrogação precisa de 90, 30 ou 50 dias, mas necessitamos de uma prorrogação. Como assinalado pelo Embaixador do Brasil, o tema é o segundo ponto. O Secretário-Geral tem ou não tem atribuições? Senhores, este Secretário-Geral, a Secretaria-Geral está presa, tem uma camisa de força posta em alguns pequenos artigos em algumas Resoluções aprovadas.

Se nós vamos exercer, com o apoio dos senhores, simplesmente o que diz o Tratado, não há nenhum problema, mas aqui há Resoluções que este mesmo Comitê emitiu e bem, se os senhores quiserem continuar com isto, não há problema algum. Tenho que ter bem claro o filme, não quero que tomemos decisões, e depois se diga que foi violada a Resolução tal, quando o próprio Tratado atribui ao Secretário-Geral uma série de decisões de organização que são óbvias e que não são próprias da ALADI, mas sim de qualquer outra Organização Internacional. Mas penso que a proposta feita pelo Embaixador do Brasil é totalmente atendível, nós não fazemos questão de pedir mais atribuições do que as que nos concede o próprio Tratado, e se esse for o entendimento do Comitê a respeito do artigo segundo, íntegro, ele pode desaparecer. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado. A Representação da Venezuela solicitou a palavra.

Representação da VENEZUELA (Franklin Ramón González). Obrigado, Presidente, uma pergunta: quem redigiu isto?

SECRETÁRIO-GERAL. A Secretaria.

Representação da VENEZUELA (Franklin Ramón González). Ok, pergunto porque se a Secretaria redigiu isso é porque entende que esse artigo é importante.

Volto a insistir sobre o seguinte: estou de acordo com que isto vá aos Alternos, estou de acordo com que nos reunamos na quarta-feira e tomemos a decisão, incluindo o artigo primeiro, porque esse artigo estabelece um prazo, então isso também está em consideração. Estou insistindo nisso para que possamos tomar uma decisão sábia na próxima quarta-feira, que passemos isto aos Alternos, e logo, na quarta-feira, certamente não haverá nenhuma discussão a ser feita no Comitê, e aproveitamos o projeto de resolução. Obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado. A Representação da Colômbia tem a palavra.

Representação da COLÔMBIA (Claudia Turbay Quintero). Obrigada, Presidente.

Também concordo com essa posição. Penso que não é conveniente a celeridade sem a integralidade, isto é, se este projeto de resolução foi apresentado com esses três artigos, são três artigos que devemos analisar.

Coloco-me na posição da Secretaria-Geral, e entendo muito bem a necessidade de poder agir e trabalhar de acordo com as suas próprias atribuições, simplesmente o que está é trasladando, dentro de uma visão de transparência, ao Comitê de Representantes o que quer fazer. Eu diria, e pergunto-me, se este artigo segundo, pergunto simplesmente,

necessariamente a Secretaria tem que pedir a autorização ao Comitê. Não está dentro das próprias atribuições da Secretaria-Geral prever o perfil trabalhista, a categoria das pessoas que estão em sua estrutura? Essa é uma pergunta.

Segundo, se tivesse que ser aprovada, e se essa é a solicitação, penso que não se deve eliminar, mas sim que, para ter a satisfação dos Representantes Permanentes, discuti-lo se for necessário, mas vou pelo sistema da discussão completa, com a reunião que o senhor sugeriu. Obrigada.

PRESIDENTE. Agradeço o espírito de cooperação de todas as Representações, isto é, quando o Secretário me explicou, sabia que este tema ia ser motivo de discussões, de análises, precisamente por isso disse “senhores não tratemos o tema no dia de hoje, esperemos que vá à Reunião de Alternos, ou aonde os senhores quiserem, para que seja possível discutir com amplitude e que, na quarta-feira, possamos vir aqui considerá-lo, já tendo discutido todas as posições que necessitarem ser estabelecidas.

Se pretendemos isso, em vez de discuti-lo em diferentes âmbitos, resolvê-lo aqui em cinco minutos, certamente não ficaríamos de acordo. Então, sugiro que, salvo melhor opinião ou observações ou reflexões contrárias a esta opinião, mandemos o tema à Reunião de Alternos e que ali sejam feitas as discussões sobre os artigos primeiro, segundo, e terceiro, de forma, datas, etc., e não neste âmbito, porque vamos passar três horas discutindo sobre um tema que, na verdade é um tema menor, embora importante.

Então, não havendo observações, sugiro passar à Reunião de Alternos. Sendo resolvido este tema, passo a palavra ao Secretário-Geral. Obrigado.

SECRETÁRIO-GERAL. Muito obrigado, Presidente.

Também quero agradecer a compreensão e a preocupação que o Comitê demonstra sobre este tema, que para nós é central na administração da Secretaria-Geral.

Como os senhores sabem, este tema está vinculado à futura estrutura, está vinculado ao orçamento que temos que considerar, que também logo teremos que considerar, ou seja, está vinculado a vários temas de uma vez. Estão também em consideração pessoas que terão que se mudar ou não, de acordo a muitas propostas e preocupações que esta Secretaria recebeu.

Portanto, Presidente, quero tomar uma decisão de administração, que é, o Secretário-Geral muda seu projeto de Resolução, que tem somente o artigo um e três para que seja considerado pelos Alternos, tirando o dois. O um e o três, oportunamente, voltaremos ao tema com o pacote -como diria o Brasil- de todas as questões vinculadas à administração, ao orçamento, à estrutura, porque fazem parte de um todo, e não podemos andar remendando-o.

O que nós queríamos era ter a oportunidade de ir fazendo alguns ajustes, porque já vejo como será a Reunião de Alternos. Vamos começar a discutir coisas que não estão resolvidas, então melhor diretamente continuar como andamos pelo tempo que os senhores considerarem oportuno. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Secretário-Geral. A Representação da Argentina tem a palavra.

Representação da ARGENTINA (Guillermo Daniel Raimondi). Presidente, muito obrigado.

Tendo em conta a proposta do Secretário-Geral, de modificar o projeto submetido à nossa consideração, pergunto-me se se justifica submeter isto à análise de outra instância, porque o que podia ser matéria de análise ou de deliberação é justamente o conteúdo do artigo segundo do projeto, portanto, levada em consideração a proposta de retirar integralmente este artigo, penso que o resto do conteúdo do projeto conta com o consenso de todas as Representações. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Argentina. Penso que, desaparecido o artigo segundo, ou seja, o outro é imperioso, imprescindível, então parece que não tem sentido postergar o tratamento, e aprovaríamos, se lhes parece bem, ou submeteríamos à consideração o projeto de Resolução que teria somente dois artigos, o atual primeiro e o terceiro, com a eliminação do artigo segundo em sua totalidade.

A Representação do Paraguai tem a palavra.

Representação do PARAGUAI (Emilio Lorenzo Giménez Franco). Obrigado, Presidente. Nessas condições, estamos em disposição de aprovar este projeto. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Paraguai. Penso que o Brasil, que obviamente propôs isto, também está de acordo. A Argentina acaba de propor que está de acordo com o mecanismo. Então, perguntamos se há alguma Representação que esteja em desacordo, ou podemos dar por aprovado este projeto de Resolução, com a exclusão do artigo segundo, que é o que ratificava as faculdades do Secretário-Geral?

Sendo assim, vamos aprovar, pediria o número da Resolução, por favor. A Venezuela, perdão.

Representação da VENEZUELA (Franklin Ramón González). Obrigado, Presidente.

Tendo tomado a decisão de aprovar este projeto nos termos apresentados, com os artigos um e três, que passa a ser o dois, elimina-se o dois como proposto pelo Secretário-Geral, eu pediria que a Secretaria-Geral apresentasse-nos, quanto antes, como a Secretaria estará em condições de responder às novas realidades, novas necessidades apresentadas a partir da Reunião de Vice-Ministros. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Venezuela. O Secretário-Geral tem a palavra.

SECRETÁRIO-GERAL. Embaixador, nós, quanto antes, estaremos em condições de fazer uma proposta específica sobre isso, e não esperar a reforma, e também incluímos o prazo de noventa dias, logo depois do Conselho de Ministros, e eu digo, com toda a franqueza, que daqui ao Conselho de Ministros, nós teremos tudo pronto, o que não queremos é limitar-nos e depois virmos que não podemos.

Penso que, uma vez resolvidas no Conselho de Ministros estas decisões políticas que conduzirão nossa entidade, nós estaremos em condições, em quinze dias, de apresentar a proposta, já estamos trabalhando sobre ela, e da mesma maneira estamos trabalhando já, Embaixador, em uma proposta para atender os novos desafios marcados politicamente, tanto pelo Conselho de Ministros como pela última Reunião de Vice-Ministros, e considerados por este Comitê.

PRESIDENTE. Obrigado. A Delegação do Brasil tem a palavra.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Presidente, uma dúvida, eu gostaria de perguntar que tipo de proposta a Secretaria fará sobre os novos desafios.

Entendo que os novos desafios foram objeto de um projeto de resolução que discutimos aqui, e que a intenção é aprovar no Conselho, eu não vejo como a Secretaria pode fazer uma proposta antes da aprovação do Conselho desses novos desafios, a menos que não esteja entendendo bem. Obrigado.

PRESIDENTE. Efetivamente, Embaixador, penso que não estamos entendendo bem, porque não estamos falando de novas propostas, estamos falando de como funcionará a Secretaria no dia a dia até que seja feita a Reunião do Conselho de Ministros, atendendo todos os temas que já se sabe que estão na “carreira” (de próxima execução), ou seja, não haverá nenhuma proposta do Secretário vinculada com nada que não seja o funcionamento cotidiano. A Delegação do Brasil, por favor.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). É bom que isto esteja esclarecido, Presidente. Penso que vale a pena perder uns minutos sobre isso para que amanhã não tenha um suposto mandado à Secretaria. Vamos falar mais claro, a questão do pilar social discutida aqui, estamos discutindo e decidimos, pelo menos há um entendimento, de que o introduziríamos, incorporá-lo-íamos na estrutura da Secretaria. As incorporações têm que ser dadas somente depois de aprovado no Conselho o correspondente projeto de Resolução. É bom que isso esteja claro. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. O Secretário-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. É assim, Embaixador, e assim será. Nós temos que ter uma pessoa já encarregada destes temas, e não que uma pessoa esteja “flotando en el aire”. Então, vamos encarregar, pelo próprio Secretário-Geral, que um dos Subsecretários seja o *focal point*, que conduza as coisas. Nada mais do que isso, nada novo será criado. Não haverá estruturas novas, Departamentos novos, contratações novas, nada será feito sem que seja aprovado, em seu momento, por este Comitê, e de acordo ao mandato do Órgão competente.

O senhor pode estar tranquilo, não teremos iniciativas que possam ir contra a decisão política dos Órgãos competentes da ALADI.

PRESIDENTE. Não sei se alguma Representação. A Venezuela tem a palavra.

Representação da VENEZUELA (Franklin Ramón González). Obrigado, Presidente. Quero manifestar, para que conste em atas, que tudo está em discussão, porque nada foi aprovado. Tudo vai ao Conselho de Ministros, e serão os Ministros aqueles que aprovarão ou não os Projetos de Resolução que estão à consideração Obrigado.

PRESIDENTE. Alguma outra Representação quer fazer uso da palavra? Para assinalar que tudo está em discussão ou tudo está aprovado. Estamos todos de acordo que está tudo em discussão? Perfeito. Alguma outra coisa que não esteja em discussão? Podemos encerrar este ponto, então?

Porque como tenho intervenções quando estamos por aprovar o artigo primeiro e o artigo terceiro, ainda não sei se o aprovamos.

Ponho à consideração do Comitê o Projeto de Resolução, oportunamente foi apresentado pela Secretaria, com o artigo primeiro e o atual terceiro, eliminando o artigo segundo. Sobre este ponto, as Representações querem se pronunciar?

Bem, aparentemente está aprovado. Isto não está em discussão, é a Resolução 335, então. Agradecemos a generosidade de espírito de todas as Representações.

“RESOLUÇÃO 335  
PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA DA  
ESTRUTURA ORGÂNICA E FUNCIONAL

O COMITÊ de REPRESENTANTES,

TENDO EM VISTA Os Artigos 35 e 38 do Tratado de Montevideu 1980 e as Resoluções 296, 311 e 322 do Comitê de Representantes,

CONSIDERANDO A vigência da estrutura orgânica e funcional da Secretaria-Geral, que concluirá em 31 de agosto de 2008,

RESOLVE:

PRIMEIRO.- Prorrogar a vigência da estrutura orgânica e funcional da Secretaria-Geral, aprovada pela Resolução 296, até noventa dias depois da data de realização da próxima Reunião Extraordinária do Conselho de Ministros da Associação.

SEGUNDO.- Dentro do prazo estabelecido no Artigo Primeiro, a Secretaria-Geral apresentará ao Comitê de Representantes a nova proposta de reestrutura orgânica e funcional da mesma.”

6. Consideração do Relatório preliminar da Reunião de Vice-Ministros (Postergado)
7. Assuntos Diversos

...Terminando este ponto, passamos ao último ponto. O Coordenador do Grupo de Trabalho de Comércio Eletrônico e Tecnologias da Informação e das Comunicações havia pedido para dar uma informação ao Comitê, por favor.

Representação do CHILE (Camilo Marcelo Navarro Ceardi). Obrigado, Presidente.

Queria informar aos Embaixadores presentes, -talvez já tenham sido informados por seus próprios Alternos-, mas no Grupo de Trabalho que tivemos na terça passada, já foi acordado o início da Licitação para o Plano Piloto, e seria o próximo 26 de agosto, ou seja, como dizemos nos outros dias, estamos falando da primeira ecografia disto, pareceria que em um par de meses poderíamos ter, não digamos o bicho ou o animal, mas estaríamos avançando, com isto que tanto tempo tem tomado. Obrigado.

- Hilaridade.

PRESIDENTE. Muito obrigado. Devo dizer que o bebê tem muito mais do que nove meses, muito mais. O Secretário-Geral tem a palavra.

SECRETÁRIO-GERAL. Senhor Presidente, quero informar, como é de habitual, ao Comitê que na semana passada assisti em meu país à Posse Presidencial, para a qual fui convidado em caráter de Secretário-Geral. Já havia assistido a várias posses em meu próprio país, mas é a primeira vez que fui convidado como uma "jerarca" -como dizem neste país- internacional.

Foi uma grande festa democrática, a maioria dos Presidentes, Vice-Presidentes ou Chanceleres dos países aqui presentes esteve na mencionada oportunidade. Abre-se realmente no Paraguai um momento muito importante em sua história política, que esperemos que seja positivo para o que todos desejamos. Particularmente, para o que desejo para minha pátria.

Por outro lado, quero informar, Presidente, que a Secretaria habilitou na biblioteca uma Sala de espera, Sala de Embaixadores para que, quando algum dos senhores quiser ter alguma reunião privada, esteja à disposição, montada para essa finalidade. Pensamos que em algum momento teríamos que ter o que acontece em outros Organismos Internacionais, onde há um lugar para reuniões informais, conversas, quando é tão necessário chegar a acordos ou desacordos. Então, isso já está habilitado, Presidente, a Sala leva o nome do Embaixador Barros Charlín, ex-Embaixador do Chile neste país, e justamente a habilitamos em oportunidade da visita da Presidenta Michelle Bachelet, e agora está, como corresponde, à disposição dos senhores.

PRESIDENTE. Obrigado, senhor Secretário-Geral. Com isto, tratamos todos os pontos da Ordem do Dia. Vou dar a palavra à Representação da Venezuela, que está solicitando a palavra.

Representação da VENEZUELA (Franklin Ramón González). Obrigado, Presidente, pergunto se há algum assunto ainda em consideração, porque o meu pode ser o último.

PRESIDENTE. Não.

Representação da VENEZUELA (Franklin Ramón González). Queria dizer o seguinte, para que pensemos também nisto, porque estamos empenhados em dar importância, prestígio, relançar a Associação, e nós estamos de acordo com isso, inclusive fizemos um esforço porque, da Venezuela, a ALADI agora pode ter um tratamento diferente do que tinha.

Digo isso porque nos fizeram uma consulta para que as reuniões fossem realizadas nas quartas-feiras e nós, imediatamente, respondemos que não havia inconveniente nisso. Mas esta reunião está sendo realizada na quinta-feira, e segundo a informação que recebemos, porque havia reunião do PARLASUL na segunda, terça e ontem havia umas jornadas, vinculadas também com o PARLASUL, então se alterou a reunião para hoje.

Sobre isso, duas coisas: primeiro, se realmente quisermos dar a importância a isto, temos que dar importância. Se nos reunimos nas quartas-feiras, que seja nas quartas. Em segundo lugar, se for impossível reunir-se nas quartas por circunstâncias especiais, por outras reuniões ou compromissos, que passemos a reunião então para a quarta seguinte, porque quero dizer-lhe que a agenda que se tem, no caso daqueles que têm várias funções aqui, mas cobram por uma só, impossibilita ficar fazendo essas mudanças.

Digo isso por duas coisas: nós temos que realmente fazer o esforço de dar importância à ALADI, e em segundo lugar, por respeito às decisões que tomamos. Se vamos reunir-nos nas quartas-feiras, que seja nas quartas. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Venezuela. O senhor tem razão. Desculpo-me, mas aconteceu o seguinte: na semana anterior eu havia enviado este e-mail, solicitando opinião, com franqueza, antes de haver estabelecido qual era o complicado desta semana, e junto com isso eu não queria diferir isto, porque na realidade estávamos esperando a visita, em teoria, do Vice-Ministro Pablo Guzmán, que foi postergada para a semana que vem.

Mas tomo nota disso, e assim vamos agir, as reuniões serão sempre nas quartas-féias e se, por alguma razão, uma não possa ser realizada numa quarta, será transferida para a semana seguinte, salvo haja temas que tenham um prazo peremptório e, nesse caso, veremos como nos organizaremos. Mas reitero minhas desculpas, compartilho da preocupação da Venezuela e a levaremos em consideração.

Não havendo outra Representação que queria fazer uso da palavra para o tema de Assuntos Diversos, encerramos a sessão. Obrigado.

---